

PUBLICAÇÃO LEGAL

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 SUPREMO CIMENTOS SA

Publicado no Jornal de Pomerode em 25/04/2022 14:30:19.

Endereço permanente para consulta:

<https://www.jornaldepomerode.com.br/publicacao-legal/demonstracoes-financeiras-em-31-de-dezembro-de-2021-e-2020-supremo-cimentos-sa/>



SHA-256 do arquivo recebido:

4c860772f9fd9682bad8ab4828bfb398da4a794755a4a3b185dbe53bb82bcb3c

As páginas seguintes reproduzem o documento recebido. Esta folha identifica o veículo e o endereço eletrônico da publicação.

Conteúdo

**Relatório dos auditores independentes
sobre as demonstrações financeiras**

Supremo
Cimentos S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020**

individuais e consolidadas	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da

Supremo Cimentos S.A.

Pomerode – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Supremo Cimentos S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Supremo Cimentos S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a

Administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 18 de março de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-PR

Cristiano Aurélio Kruk
Contador CRC PR-054366/O-0

Supremo Cimentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidada	
Ativo		2021	2020	2021	2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	120.625	88.194	235.564	161.049
Contas a receber de clientes	8	10.004	6.655	35.070	24.214
Estoques	9	8.408	6.879	83.667	45.096
Impostos a recuperar	10	9.691	14.666	28.250	34.251
Partes relacionadas	23	7.246	8.407	1.505	1.425
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	10.713	-	21.122
Outros créditos a receber		998	1.213	10.428	2.966
		156.972	136.727	394.484	290.123
Não circulante					
Impostos a recuperar	10	2.059	1.851	44.131	49.149
Impostos diferidos	22	-	-	-	11.580
Outros créditos a receber		697	1.139	1.455	2.157
		2.756	2.990	45.586	62.886
Investimentos	11	761.511	742.023	-	-
Imobilizado	12	58.363	62.693	1.077.200	1.112.976
Direitos de uso dos ativos	13	1.756	2.124	5.537	5.509
Intangível		155	229	1.199	1.508
		821.785	807.069	1.083.936	1.119.993
Total do ativo					
		981.513	946.786	1.524.006	1.473.002

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Supremo Cimentos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2021	2020	2021	2020
Receitas de vendas e serviços	19	174.527	127.098	565.835	460.361
Custo das vendas e dos serviços prestados	20	<u>(134.594)</u>	<u>(104.798)</u>	<u>(348.714)</u>	<u>(306.167)</u>
Lucro bruto		<u>39.933</u>	<u>22.300</u>	<u>217.121</u>	<u>154.194</u>
(Despesas) receitas operacionais	20				
Gerais e administrativas		(11.207)	(8.979)	(25.531)	(22.258)
Comerciais		(16.239)	(14.669)	(74.331)	(73.133)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(1)	(1)	-	(2)
Outras receitas e despesas líquidas		(1.437)	(192)	(3.762)	(2.626)
Resultado de equivalência patrimonial	11	<u>39.489</u>	<u>7.927</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>50.538</u>	<u>6.386</u>	<u>113.497</u>	<u>56.175</u>
Resultado financeiro					
Despesas financeiras	21	(36.801)	(87.409)	(83.722)	(216.683)
Receitas financeiras	21	<u>1.960</u>	<u>66.893</u>	<u>6.423</u>	<u>150.576</u>
Despesas financeiras, líquidas		<u>(34.841)</u>	<u>(20.516)</u>	<u>(77.299)</u>	<u>(66.107)</u>
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>15.697</u>	<u>(14.130)</u>	<u>36.198</u>	<u>(9.932)</u>
Imposto de renda e contribuição social	22	<u>853</u>	<u>3.859</u>	<u>(19.648)</u>	<u>(339)</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u>16.550</u>	<u>(10.271)</u>	<u>16.550</u>	<u>(10.271)</u>
Ações em circulação no fim do período (em milhares)				<u>37.635</u>	<u>40.484</u>
Lucro líquido (prejuízo) por ação do capital social no fim do período - R\$				<u>0.44</u>	<u>(0.25)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Supremo Cimentos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) exercício	16.550	(10.271)	16.550	(10.271)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>16.550</u>	<u>(10.271)</u>	<u>16.550</u>	<u>(10.271)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Supremo Cimentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva Legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2019	<u>404.848</u>	<u>205</u>	<u>114.534</u>	-	-	<u>(76.454)</u>	<u>443.133</u>
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(10.270)	(10.271)
Realização custo atribuído	18.b -	-	(1.239)	-	-	1.239	-
Em 31 de dezembro de 2020	<u>404.848</u>	<u>205</u>	<u>113.295</u>	-	-	<u>(85.485)</u>	<u>432.863</u>
Redução de capital social	18.a (85.443)	-	-	-	-	85.443	-
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	16.550	16.550
Constituição reserva legal	18.c -	-	-	828	-	(828)	-
Realização custo atribuído	18.b -	-	(1.387)	-	-	1.387	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	17.067	(17.067)	-
Em 31 de dezembro de 2021	<u>319.405</u>	<u>205</u>	<u>111.908</u>	<u>828</u>	<u>17.067</u>	<u>-</u>	<u>449.413</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Supremo Cimentos S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	<u>15.697</u>	<u>(14.130)</u>	<u>36.198</u>	<u>(9.932)</u>
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				
Depreciação e exaustão	20 7.054	7.663	63.988	52.556
Amortização	2.783	951	6.770	704
Ganho líquido na venda de imobilizado	330	3	1.020	458
Provisão para contingências	24 599	711	3.217	2.439
Juros incorridos	15 20.555	42.539	47.654	106.974
Encargos de Variação SWAP	6.180	(23.500)	19.696	(102.334)
Encargos de Variação cambial	15 2.472	(10.699)	8.457	(15.980)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	8 19	1	(132)	(3)
Equivalência patrimonial	11 <u>(39.488)</u>	<u>(7.927)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>16.201</u>	<u>(4.388)</u>	<u>186.868</u>	<u>34.882</u>
(Aumento) ou redução nos ativos				
Contas a receber	8 (3.368)	369	(10.724)	(774)
Estoques	9 (1.529)	(858)	(38.571)	15.726
Impostos a recuperar	10 4.767	849	11.019	7.486
Outros créditos a receber	657	293	(6.760)	943
Aumento ou (redução) nos passivos				
Fornecedores	14 (487)	2.273	42.279	(3.342)
Salários e encargos sociais	1.998	666	3.152	(1.094)
Impostos a recolher	17 541	488	39.046	33.183
Adiantamentos a clientes	557	91	94	(544)
Recebimento Dividendos	20.000	-	-	-
Outras contas a pagar	<u>3.127</u>	<u>22</u>	<u>5.868</u>	<u>1.047</u>
Caixa líquido gerado (usado nas) pelas atividades operacionais	<u>42.464</u>	<u>(195)</u>	<u>232.271</u>	<u>87.513</u>
Juros pagos	15 (11.946)	(7.903)	(36.772)	(23.320)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(6.101)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>30.518</u>	<u>(8.098)</u>	<u>189.398</u>	<u>64.193</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	12 <u>(3.054)</u>	<u>(3.112)</u>	<u>(29.485)</u>	<u>(45.487)</u>
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	<u>(3.054)</u>	<u>(3.112)</u>	<u>(29.485)</u>	<u>45.487</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos tomados	15 302.650	245.369	431.046	438.587
Recebimento/Pagamento de SWAP/NDF	7.969	-	20.463	-
Pagamentos de arrendamento mercantil	16 (3.800)	(1.952)	(7.462)	(3.297)
Empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	23 (154.000)	(26.226)	(154.000)	(26.226)
Pagamentos de empréstimos	15 <u>(147.852)</u>	<u>(147.540)</u>	<u>(375.445)</u>	<u>(388.366)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>4.967</u>	<u>69.651</u>	<u>(85.398)</u>	<u>20.698</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>32.431</u>	<u>58.441</u>	<u>74.515</u>	<u>130.378</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>7 88.194</u>	<u>23.529</u>	<u>161.049</u>	<u>30.671</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>7 120.625</u>	<u>88.194</u>	<u>235.564</u>	<u>161.049</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

Com início de suas atividades em 27 de setembro de 2003 a Supremo Cimentos S.A. (a "Companhia", "controladora" ou "Supremo") e sua controlada (conjuntamente, "o Grupo") têm como atividades preponderantes a fabricação e importação de cimentos e seus derivados, bem como a comercialização e preparação de massa de concreto e argamassa para construção e extração, beneficiamento e venda de calcário.

A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Pomerode, Estado de Santa Catarina, cuja controlada integral, Margem Companhia de Mineração ("Margem"), detém o direito de exploração de uma mina de calcário e em abril de 2015, com a conclusão da obra, entrou em operação uma fábrica de cimento em Adrianópolis - PR e dessa forma sua atividade preponderante, é a extração, beneficiamento e venda de calcário e a fabricação e venda de cimento e seus derivados.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apresenta excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes de R\$ 179.177 (R\$ 137.522 em 31 de dezembro de 2020) no consolidado e R\$ 179.841 (R\$ 31.508 em 31 de dezembro de 2020) na controladora. O saldo do excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes é decorrente, principalmente, do endividamento para obtenção de recursos financeiros para a construção da fábrica da Margem e dos projetos de melhoria posteriores: cinta transportadora (flying belt), britador e ensacadeira. Há que se ressaltar que o ativo circulante registra um prazo de recebimento do faturamento entre 30 e 45 dias enquanto o passivo circulante reflete 12 meses do serviço da dívida. Conforme estimativas da Administração, esse endividamento será normalmente liquidado com a geração futura de caixa pelas Companhias.

O equilíbrio financeiro de curto prazo do Grupo será restabelecido à medida que ocorrer uma maior geração de caixa e também um maior alongamento do prazo de maturidade da dívida bancária que permitirá ao Grupo uma inversão da atual condição do seu capital circulante.

O Grupo continuará contratando linhas de financiamentos de médio/longo prazo que viabilizem a sua estabilidade e o seu crescimento. Atualmente o endividamento bancário é em grande parte com instituições bancárias que buscam o desenvolvimento do Brasil e que estão atrelados diretamente ao Governo Federal.

A nova fábrica considerada uma das mais modernas do Brasil continua a apresentar um desempenho operacional notável, quer em termos de fiabilidade, quer em termos de consumos específicos, pelo mantemos a expectativa de que haverá uma evolução muito positiva na situação da Companhia, assim que o mercado brasileiro de construção retomar o caminho do crescimento.

É convicção da Diretoria que a nova fábrica suportada por equipamentos da melhor tecnologia disponível, veio trazer uma dinâmica de crescimento ao Grupo, com produtos de excelente qualidade, e custos mais reduzidos, que vão permitir competir no mercado.

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. Em 11 de março a mesma organização e levou a classificação do surto para pandemia, devido ao seu alcance global. Esse surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentou o grau de incerteza para os agentes econômicos. Considerando a situação atual, a Companhia, não teve impacto nas vendas, fluxos de caixa, e continuidade do atingimento do orçamento 2021.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 18 de março de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 7.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e sua controlada. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e sua controlada e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre julgamentos na aplicação de políticas contábeis, bem como sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 8** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa 12** - vidas úteis e valor residual do ativo imobilizado **Nota explicativa 13** – prazos de arrendamento: se a Companhia possui razoável certeza de exercer opções de prorrogação;
- **Nota explicativa 22** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa 24** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude da saída de recursos; e
- **Nota explicativa 25** - mensuração do valor justo e classificação de instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a. Base de consolidação

(i) Controlada

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 incluem as demonstrações financeiras da Companhia e da Margem Companhia de Mineração, controlada integral direta da Companhia.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Perda de controle

Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligada.

Coligada é aquela entidade na qual a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controlada também são contabilizados com o uso desse método.

(v) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas a mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimento original de até três meses que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

6.2 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de calcário e cimento no curso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes são totalmente classificadas no ativo circulante, pois o prazo de recebimento é inferior a um ano.

As contas a receber são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou impairment).

6.3 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e sua controlada se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e sua controlada mudem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e sua controlada podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

A Companhia e sua controlada realizam uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o reconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e sua controlada consideram os termos contratuais do instrumento para avaliarem se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e sua controlada consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e sua controlada a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

A Companhia e sua controlada classificam os ativos financeiros nas seguintes categorias:

Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Ativos financeiros ao VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e sua controlada transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e sua controlada nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Se a Companhia e sua controlada realizarem transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e sua controlada desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e sua controlada também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e sua controlada tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui vários contratos indexados em moeda estrangeira e para tanto realizou a contratação de instrumentos financeiros para proteção cambial, mensurados ao valor justo.

6.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado". O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matéria-prima, mão de obra direta, embalagem, outros custos diretos e os respectivos gastos

indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal). Os estoques são avaliados quanto ao seu valor recuperável nas datas de balanço. Em caso de perda por desvalorização (impairment), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

6.5 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são demonstrados pelo custo histórico menos o valor da depreciação e de qualquer valor não recuperável acumulado. O custo histórico foi ajustado para refletir o custo atribuído dos terrenos, veículos e jazidas minerais na data de transição para os CPC/IFRS. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Quando da comprovação efetiva da viabilidade econômica da exploração comercial de determinada jazida, os correspondentes gastos com estudos e pesquisas minerais incorridos são capitalizados como custo de formação da mina. Os custos com a aquisição de direitos de exploração de minas são capitalizados e amortizados com base na exaustão de minas. Após o início da fase produtiva da mina, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção. A exaustão de recursos minerais é calculada com base na vida útil-econômica estimada que reflete a expectativa da quantidade de minério a ser extraído.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação da jazida é feita em função da quantidade anual extraída (exaurida) de minério, que é estimada em 44 anos. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para reduzir seu custo ao valor realizável através de suas vidas úteis-econômicas que é estimada como segue:

Edificações	40 anos
Jazidas minerais	44 anos
Outros	5-10 anos
Máquinas e equipamentos	18 - 30 anos

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado. O Grupo não tem ativos de longo prazo que espera abandonar ou alienar e que exigiriam a constituição de provisão para obrigações por descontinuação de ativos.

6.6 Intangível

Compreende custos incorridos para adquirir, preparar e desenvolver os *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimável de cinco anos a partir da data de início de sua utilização.

6.7 Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos não financeiros, exceto estoques

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma UGC), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

(ii) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e
- ativos de contrato.

O Grupo mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias.

6.8 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

6.9 Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que se tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses após a data do balanço patrimonial.

6.10 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

6.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos.

a. Venda de produtos

O reconhecimento da receita baseia-se na venda de calcário, clínquer, cimentos e concretos produzidos pelo grupo.

Essas vendas são reconhecidas, em geral, quando o controle sobre o produto é transferido aos clientes, o que normalmente acontece quando os produtos são disponibilizados ao transportador e/ou entregues ao cliente, conforme for o caso.

b. Prestação de serviços

As vendas de prestação de serviço de concretagem são feitas substancialmente a prazo, com prazo médio para recebimentos de 30 dias. Essas prestações de serviços de concretagem são reconhecidas quando na prestação de serviço ao cliente.

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida com base no regime de competência e pelo método da taxa de juros efetiva.

6.12 Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

6.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O Grupo determinou que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e à contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e portanto foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

a. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

b. Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controlada, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.14 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

6.15 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 após 30 de junho de 2021 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 65
- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).66
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Caixa e depósitos bancários em conta corrente	929	354	4.597	1.881
Aplicações financeiras	119.696	87.840	230.967	159.168
	<u>120.625</u>	<u>88.194</u>	<u>235.564</u>	<u>161.049</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados a variação de 80% a 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI), sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate antecipado.

8 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contas a receber de clientes	11.053	7.685	38.013	27.288
Provisão para perda estimada de crédito	(1.049)	(1.030)	(2.943)	(3.074)
	<u>10.004</u>	<u>6.655</u>	<u>35.070</u>	<u>24.214</u>

A Companhia possui contrato de financiamento com o Banco do Brasil, com garantias vinculadas a duplicatas a receber, cuja montante das garantias em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 5.000. (R\$5.000 em 31 de dezembro de 2020). Na Controlada não existe nenhum financiamento com garantias vinculadas a duplicatas a receber (31 de dezembro de 2020 era de R\$ 6.000). A composição do saldo de contas a receber por idade de vencimento é como segue

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	9.785	6.509	35.034	23.888
Vencidos até 90 dias	148	76	314	256

Vencidos até 180 dias	51	6	56	11
Vencidos acima de 180	1.069	1.094	2.609	3.133
Provsão para perda estimada de crédito	<u>(1.049)</u>	<u>(1.030)</u>	<u>(2.943)</u>	<u>(3.074)</u>
	<u>10.004</u>	<u>6.655</u>	<u>35.070</u>	<u>24.214</u>

A imparidade para perda por redução ao valor recuperável é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas prováveis nas contas a receber de clientes. A imparidade é calculada com base na avaliação individual da situação de cada cliente e na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. A movimentação no período encontra-se apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>(1.030)</u>	<u>(3.074)</u>
Constituições	(61)	(454)
Reversões	<u>42</u>	<u>585</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(1.049)</u>	<u>(2.943)</u>

9 Estoques

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
Matéria-prima e outros materiais	6.739	2.025
Produtos acabados	2.304	5.501
Imparidades	(635)	(647)
	<u>8.408</u>	<u>6.879</u>
	<u>83.667</u>	<u>45.096</u>

A Administração avalia de forma constante os estoques do Grupo quanto a eventuais perdas por obsolescência, desvalorização, bem como quaisquer outras circunstâncias e condições que possam ocasionar perdas nos valores contábeis registrados. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como resultado destas avaliações, a Administração identificou a necessidade de registo de imparidade para perdas nos estoques do Grupo.

10 Impostos a recuperar

	Controladora	Consolidado
	2021	2020
	2021	2020

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	2.361	2.615	4.551	3.287
Imposto sobre Circulação de Mercadorias ICMS) (*)	542	326	9.330	8.808
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	2.168	7.810	2.274	10.427
Programa de Integração Social (PIS)	9	22	32	78
Imposto de renda e contribuição social	4.805	3.898	9.662	9.017
Crédito PIS e Cofins Ativo Permanente	1.865	1.846	46.526	51.763
Outros	-	-	6	20
	<u>11.750</u>	<u>16.517</u>	<u>72.381</u>	<u>83.400</u>
Ativo circulante	<u>9.691</u>	<u>14.666</u>	<u>28.250</u>	<u>34.251</u>
Ativo não circulante	<u>2.059</u>	<u>1.851</u>	<u>44.131</u>	<u>49.149</u>

(*) A controlada Margem Cia de Mineração é beneficiária do Regime Especial nº 4.676/12 "Programa Paraná Competitivo", concedido pelo Governo do Estado do Paraná, que tem os seguintes benefícios: a) parcelamento do ICMS incremental; b) diferimento do pagamento do ICMS da energia elétrica e do gás natural; c) parcelamento, até o vencimento, do ICMS declarado, no caso de recuperação judicial e d) concessão de crédito presumido em razão da realização de obra de infraestrutura em território paranaense. Em função das aquisições de imobilizado para a construção da fábrica a Margem está acumulando o ICMS sobre essas aquisições cuja compensação em 1/48 teve início em abril/2015.

11 Investimentos

	Controladora	
	2021	2020
Margem Companhia de Mineração	<u>761.511</u>	<u>742.023</u>
	<u>761.511</u>	<u>742.023</u>

As principais informações das participações societárias mantidas estão resumidas a seguir

Participação no capital social - %		Patrimônio líquido		Lucro do exercício	
2021	2020	2021	2020	2021	2020

Empresa controlada							
Margem Companhia de Mineração	100	100	761.511	742.023	39.488	7.928	

b. A movimentação dos investimentos pode ser assim demonstrada

	Margem
Em 31 de dezembro de 2019	734.095
Participação nos resultados de controlada	7.927
Em 31 de dezembro de 2020	742.022
Recebimento de dividendos	(20.000)
Participação nos resultados de controlada	39.489
Em 31 de dezembro de 2021	761.511

12 Imobilizado

	Controladora							
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Custo								
Em 1 de janeiro de 2020	9.998	27.980	51.335	22.670	465	3.679	409	116.536
Adições	-	(68)	(300)	508	-	345	2.627	3.112
Baixas	-	(2)	(42)	(1.214)	(314)	(24)	-	(1.596)
Transferência	-	-	710	-	-	-	(710)	-
AVP PRODEC(a)	-	(155)	(363)	-	-	-	-	(518)
Em 31 de dezembro de 2020	9.998	27.755	51.340	21.964	151	4.000	2.326	117.534
Adições	-	-	216	302	-	151	2.639	3.308
Baixas	-	(1.045)	(573)	-	-	(162)	-	(1.780)
Transferência	-	120	3.177	223	-	12	(3.532)	-
AVP PRODEC (a)	-	(209)	(488)	-	-	-	-	(697)
Em 31 de dezembro de 2021	9.998	26.621	53.672	22.489	151	4.001	1.432	118.364
Depreciação e exaustão acumulados								

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

	Controladora							
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de transporte	Veículos	Outros	Imobilizado em andamento	Total
Em 1 de janeiro de 2020	-	(7.062)	(27.996)	(11.162)	(388)	(2.566)	-	(49.174)
Depreciação e exaustão	-	(2.259)	(3.979)	(1.537)	(82)	(391)	-	(8.248)
Baixa de depreciação por alienação	-	1	39	1.214	329	10	-	1.593
AVP PRODEC(a)	-	121	282	-	-	-	-	403
Crédito PIS e Cofins	-	129	456	-	-	-	-	585
Em 31 de dezembro de 2020	-	(9.070)	(31.198)	(11.485)	(141)	(2.947)	-	(54.841)
Depreciação e exaustão	-	(1.183)	(3.900)	(1.788)	(9)	(367)	-	(7.247)
Baixa de depreciação por alienação	-	1036	263	-	-	151	-	1.450
AVP PRODEC (a)	-	133	310	-	-	-	-	443
Crédito PIS e Cofins	-	103	90	1	-	-	-	194
Em 31 de dezembro de 2021	-	(8.981)	(34.435)	(13.272)	(150)	(3.163)	-	(60.001)
Valor contábil								
Em 1º de janeiro de 2020	9.998	20.918	23.339	11.508	77	1.113	408	67.361
Em 31 de dezembro de 2020	9.998	18.685	20.142	10.479	10	1.053	2.325	62.693
Em 31 de dezembro de 2021	9.998	17.640	19.237	9.217	1	838	1.432	58.363
				</				

Supremo Cimentos S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2021 e 2020

Em 31 de dezembro de 2021	<u>46.068</u>	<u>197.224</u>	<u>381.460</u>	<u>731.367</u>	<u>41.730</u>	<u>293</u>	<u>13.826</u>	<u>14.759</u>	<u>1.426.728</u>
Depreciação e exaustão acumulados									
Em 01 de janeiro de 2020	-	(10.848)	(43.347)	(161.407)	(16.037)	(508)	(6.587)	-	(238.734)
Depreciação e exaustão	-	(2.710)	(11.961)	(43.137)	(2.888)	(110)	(1.378)	-	(62.184)
Baixa de depreciação por alienação	-	-	1	194	2.332	369	13	-	2.909
AVP PRODEC(a)	-	-	121	282	-	-	-	-	403
Crédito PIS e Cofins	-	-	1.146	8.457	34	-	3	-	9.640
Em 31 de dezembro de 2020	<u>-</u>	<u>(13.558)</u>	<u>(54.040)</u>	<u>(195.611)</u>	<u>(16.559)</u>	<u>(249)</u>	<u>(7.949)</u>	<u>-</u>	<u>(287.966)</u>
Depreciação e exaustão	-	(4.606)	(12.783)	(48.485)	(3.382)	(37)	(1.477)	-	(70.770)
Baixa de depreciação por alienação	-	-	1538	279	-	-	165	-	1.982
AVP PRODEC(a)	-	-	133	310	-	-	-	-	443
Crédito PIS e Cofins	-	-	1.172	5.585	11	-	15	-	6.783
Em 31 de dezembro de 2021	<u>-</u>	<u>(18.164)</u>	<u>(63.980)</u>	<u>(237.922)</u>	<u>(19.930)</u>	<u>(286)</u>	<u>(9.246)</u>	<u>-</u>	<u>(349.528)</u>
Valor contábil									
Em 31 de janeiro de 2020	<u>45.145</u>	<u>182.554</u>	<u>302.238</u>	<u>460.620</u>	<u>15.039</u>	<u>140</u>	<u>5.183</u>	<u>109.687</u>	<u>1.120.606</u>
Em 31 de dezembro de 2020	<u>45.788</u>	<u>181.254</u>	<u>325.600</u>	<u>520.342</u>	<u>24.570</u>	<u>44</u>	<u>5.914</u>	<u>9.464</u>	<u>1.112.975</u>
Em 31 de dezembro de 2021	<u>46.068</u>	<u>179.060</u>	<u>317.480</u>	<u>493.445</u>	<u>21.800</u>	<u>7</u>	<u>4.580</u>	<u>14.759</u>	<u>1.077.200</u>

- (a) A Companhia é detentora de incentivo fiscal denominado PRODEC - Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, concedido pelo Governo do Estado de Santa Catarina, em que possui o direito à dilação do prazo de pagamento de parte do ICMS devido sobre receitas de vendas pelo período de 48 meses. Por se tratar de uma subvenção para investimento e tendo em vista que o ICMS a recolher é atualizado monetariamente por um índice de atualização monetária inferior às taxas de juros praticados no mercado, a Companhia apresenta o saldo de ICMS a recolher por seu valor presente no passivo circulante e não circulante, sendo que o ajuste a valor presente na data do fato gerador do ICMS é apresentado como redutora do ativo imobilizado. A referida provisão para ajuste a valor presente é apropriada ao resultado à medida que os bens do imobilizado são depreciados e a provisão para juros sobre o ICMS a recolher é reconhecida ao resultado à medida que o prazo da dilação de pagamento do imposto é transcorrido.

Imobilizado em andamento

O saldo da rubrica “imobilizado em andamento” refere-se a custos de imobilizado ainda não concluídos.

13 Direito de uso de ativos

Controladora							
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Outros	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2020 (*)	189	82	22	793	1.034	4	2.123
Adições	1.228	679	-	735	-	231	2.872
Baixas	(362)	(29)	-	-	-	(64)	(456)
Amortização no período (*)	(433)	(365)	(22)	(853)	(1.034)	(79)	(2.783)
Saldo em 31/12/2021	622	367	-	675	-	92	1.756

(*) As vidas úteis definidas para depreciação são de aproximadamente 3 anos.

Consolidado							
	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos de Transporte	Veículos	Outros	Total
Ativo reconhecido em 31/12/2020	189	758	22	3.315	1.219	7	5.510
Adições	1.316	2.786	-	2.905	446	419	7.872
Baixas	(362)	(522)	-	-	(46)	(145)	(1.075)
Amortização no período (*)	(433)	(1.084)	(22)	(3.556)	(1.560)	(115)	(6.770)
Saldo em 31/12/2021	710	1.938	-	2.664	59	166	5.537

14 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Fornecedores nacionais	12.731	12.439	42.441	41.784
Fornecedores exterior	-	-	121	176
Partes relacionadas (nota 23)				
Exterior	358	251	57.887	16.210
Mercado interno	225	137	-	-
	13.314	12.827	100.449	58.170

15 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
Modalidade	2021	2020	2021	2020
Empréstimo	486.216	325.351	736.921	669.388
Custo com captação recurso	-	-	(1.895)	(3.188)
Encargos apropriados	5.704	690	10.552	4.438
Total Geral	491.920	326.041	745.578	670.638

a. Abaixo apresentamos a abertura do saldo de empréstimos

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento Final	Controladora					
			Circulante		Não circulante		Total	
			2021	2020	2021	2020	2021	2020
BRDE	5,50%	2022	84	114	-	84	84	198
			<u>84</u>	<u>114</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>84</u>	<u>198</u>
BNDDES	TJLP +3,54%	2022	26.134	25.041	19.601	43.822	45.735	68.863
Encargos apropriados			<u>48</u>	<u>67</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>48</u>	<u>67</u>
			<u>26.182</u>	<u>25.108</u>	<u>19.601</u>	<u>43.822</u>	<u>45.783</u>	<u>68.930</u>
Capital de giro	DI	2024	271.469	116.193	168.927	140.094	440.396	256.287
Encargos apropriados			<u>5.657</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.657</u>	<u>-</u>
			<u>277.126</u>	<u>116.819</u>	<u>168.927</u>	<u>140.094</u>	<u>446.053</u>	<u>256.913</u>
Total			<u>303.392</u>	<u>142.041</u>	<u>188.528</u>	<u>184.000</u>	<u>491.920</u>	<u>326.041</u>

b. Empréstimos e financiamentos - Consolidado

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento Final	Consolidado					
			Circulante		Não circulante		Total	
			2021	2020	2021	2020	2021	2020
EKF/ELO	CDI+1,35%	2.025	20.050	20.050	50.125	70.169	70.175	90.219
Custo com captação recurso			-	-	(1.895)	(3.188)	(1.895)	(3.188)
Encargos apropriados			<u>2.348</u>	<u>1.265</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.348</u>	<u>1.265</u>
			<u>22.398</u>	<u>21.315</u>	<u>48.230</u>	<u>66.981</u>	<u>70.628</u>	<u>88.296</u>
BRDE	5,50%	2.022	84	114	-	84	84	198
			<u>84</u>	<u>114</u>	<u>-</u>	<u>84</u>	<u>84</u>	<u>198</u>
BNDDES	TJLP +3,54%	2029	36.996	85.686	99.980	123.891	136.976	209.576
Encargos apropriados			<u>2.213</u>	<u>1.983</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.213</u>	<u>1.983</u>
			<u>39.209</u>	<u>87.668</u>	<u>99.980</u>	<u>123.891</u>	<u>139.189</u>	<u>211.559</u>
Capital de giro	Libor +1,25%	2.024	360.757	229.300	168.927	140.094	529.684	369.394
Encargos apropriados			<u>5.993</u>	<u>1.190</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.993</u>	<u>1.190</u>
			<u>366.750</u>	<u>230.490</u>	<u>168.927</u>	<u>140.094</u>	<u>535.677</u>	<u>370.584</u>
Total			<u>428.441</u>	<u>339.588</u>	<u>317.137</u>	<u>331.050</u>	<u>745.578</u>	<u>670.638</u>

Em 16 de outubro de 2013, a sua Controlada um celebrou contrato de financiamento de longo-prazo com o Eksportlaaneordningen (ELO) da agência de crédito à exportação da Dinamarca (EksportKreditFonden ou EKF), "Financiamento EKF/ELO", tendo o principal, no valor de R\$ 200.500 (saldo remanescente em 31 de dezembro de 2021 R\$ 70.175 e R\$ 90.219 em 31 de dezembro de 2020). Trata-se de financiamento com parcelas semestrais do principal pagáveis a partir de julho de 2015 e até janeiro de 2025.

Em 29 de novembro de 2013, a Companhia firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDDES) no valor de R\$ 202.500 (foi totalmente liquidado em 15 de julho de 2021 e R\$ 49.472 em 31 de dezembro de 2020).

Em 04 de setembro de 2018, a Companhia firmou um contrato de financiamento de longo prazo com o Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDDES) no valor de R\$ 70.000 (saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 45.735 e de R\$ 68.862 em dezembro de 2020), de forma a alongar a sua dívida.

Em 13 de fevereiro de 2019, a sua Controlada firmou contrato de financiamento de longo prazo com o Banco

Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES) no valor de R\$ 95.000, tendo o desembolso ocorrido ao longo de 2020, no montante total de R\$ 91.242. Estes fundos foram utilizados para suportar o plano de investimentos entretanto concluído. Trata-se de um financiamento com prazo de amortização de 10 anos, com 3 anos de carência, permitindo o alongamento do prazo médio da dívida da companhia. Este financiamento está garantido por uma Stand by Letter of Credit do BBVA, por sua vez garantida pela Secil.

Em 2020 a Companhia contratou no mercado local um financiamento junto do Banco do Brasil no montante de R\$ 75.000, por um prazo de 36 meses. Em 31 de Dezembro do 2021 tinha um saldo de R\$ 50.000 e R\$ 71.429 em 31 de Dezembro de 2020.

Em 2021 a Companhia contratou um financiamento junto do Santander, no montante de R\$ 50.000, por um prazo de 24 meses.

A sua Controlada possui um contrato de empréstimo com cláusulas restritivas para cumprimento de determinados indicadores econômicos e financeiros (covenants). O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar o vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2021, todos os indicadores foram atendidos, no entanto, a Administração da Companhia tinha obtido consentimento prévio para o não cumprimento junto das instituições financeiras, mantendo-se os vencimentos inicialmente pactuados.

Com relação ao custo com captação de recursos, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia tem reconhecido contabilmente o valor de R\$ 1.895 (R\$ 3.188 em 31 de dezembro de 2020), como redutora da dívida financeira, oriundo dos custos com a captação de financiamentos para a nova fábrica de cimento. Estes custos foram capitalizados ao Ativo Imobilizado até março de 2015. A partir de abril de 2015, com a conclusão da construção do ativo, estes custos amortizados compõem o resultado através da rubrica despesas financeiras, a uma taxa efetiva de 2% a.a., conforme estabelece o IAS/23 do Pronunciamento Técnico Contábil CPC 20 combinado com IAS 39 do pronunciamento Técnico Contábil CPC 08.

Swap de taxas de Juros

Em 2021 a Companhia contratou quatro Empréstimos Externos sob a Lei no 4.131 com bancos estrangeiros, com principal de EUR 7.500, EUR 10.000, e US\$ 7000 e US\$ 18.000. A sua Controlada contratou dois Empréstimos Externos sob a Lei no 4.131 com um banco estrangeiro com principal de US\$ 16.000 e US\$ 7.000.

Neste mesmo período a Companhia liquidou um Empréstimo Externo no montante de EUR 10.000. A sua Controlada liquidou dois Empréstimos Externos no montante de US\$ 16.000 e US\$ 7.000.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) / euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia e a sua Controlada atualizam o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste swap, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

A Companhia possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 2.677 (valor líquido) no qual reduz o montante efetivo a pagar da dívida. A sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção cambial dos seus financiamentos no montante de R\$ 6.468 classificado no passivo circulante.

O perfil dos vencimentos das parcelas de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2021 é demonstrado a seguir:

Vencimento das parcelas	Controladora	Consolidado
Um ano (2022)	303.392	428.441
Dois anos (2023)	150.509	183.593
Três anos (2024)	38.019	61.078
Quatro anos (2025)	-	23.059
2025 em diante	-	49.407
	<u>491.920</u>	<u>745.578</u>

A seguir demonstramos a movimentação dos saldos de empréstimos em 2021:

Controladora							
Instituição	2020	Adições	Encargos	Varição Cambial	Amortização	Juros Pagos	2021

Banco Comercial Portugues	41.357	-	469	1.288	(31.394)	(499)	11.221
Banco do Brasil	135.405	114.530	7.036	1.263	(90.850)	(6.297)	161.087
Haitong	80.152	-	5.845	(708)	-	(1.817)	83.472
BRDE	198	-	7	-	(114)	(7)	84
BNDES	68.929	-	4.139	(763)	(25.494)	(1.028)	45.783
Banco Caixa Geral	-	138.120	1.532	1.392	-	(1.243)	139.801
Banco Santander	-	50.000	1.527	-	-	(1.055)	50.472
	<u>326.041</u>	<u>302.650</u>	<u>20.555</u>	<u>2.472</u>	<u>(147.852)</u>	<u>(11.946)</u>	<u>491.920</u>
Consolidado							

	2020	Adições	Encargos	Varição Cambial	Amortização	Juros Pagos	2021
Itaú	30.407	-	1.596	-	(30.000)	(2.003)	-
Banco do Brasil	135.405	114.530	7.036	1.263	(90.850)	(6.297)	161.087
BRDE	198	-	7	-	(114)	(7)	84
Banco Comercial Portugues	41.357	-	469	1.288	(31.394)	(499)	11.221
Haitong	80.152	-	5.845	(708)	-	(1.817)	83.472
					(75.639)		
BNDES	211.553	-	22.080	193	(18.996)	(18.996)	139.191
EKF	88.302	-	5.566	-	(20.050)	(3.190)	70.628
Deutsche Bank	-	-	-	-	-	-	-
Banco Santander	-	50.000	1.527	-	-	(1.055)	50.472
Banco Caixa Geral	<u>83.264</u>	<u>266.516</u>	<u>3.528</u>	<u>6.421</u>	<u>(127.398)</u>	<u>(2.908)</u>	<u>229.423</u>
	<u>670.638</u>	<u>431.046</u>	<u>47.654</u>	<u>8.457</u>	<u>(375.445)</u>	<u>(36.772)</u>	<u>745.578</u>

16 Arrendamento mercantil

O passivo de arrendamento foi reconhecido pelo valor presente dos seus pagamentos à uma taxa de desconto e o ativo de direito de uso em montante equivalente a esse passivo.

As taxas utilizadas para o cálculo foram conforme tempo do arrendamento:

Tempo determinado de arrendamento	Percentual
Até um ano	9,57 % a.a
De um ano a três anos	10,31 % a.a
De três anos a cinco anos	11,03 % a.a

	31/12/2021	
	Controladora	Consolidado
Dívida reconhecida em 31/12/2020	2.431	6.181
Pagamentos parcela	(339)	241
Juros	(1)	(121)
	<u>2.091</u>	<u>6.307</u>
Saldo 31 de dezembro de 2021		
	Controladora em R\$	Percentual
Um ano (2022)	1.707	82%
Dois anos (2023)	384	18%
	<u>2.091</u>	<u>100%</u>

Vencimento das parcelas	Consolidado em R\$	Percentual
Um ano (2022)	4.748	75%
Dois anos (2023)	1.559	25%
	6.307	100%

17 Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) (*)	4.131	4.002	4.131	4.002
Paraná Competitivo (**)	-	-	161.778	110.950
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	872	546	3.603	2.393
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	227	136	227	136
Programa de Integração Social (PIS)	48	30	48	30
Outros (ISS, IRRF, CSRF)	639	662	1.496	1.351
	5.917	5.376	171.283	118.862
Passivo circulante	3.014	2.768	6.602	5.305
Passivo não circulante	2.903	2.608	164.681	113.557

(*) O saldo refere-se a ICMS incremental, a recolher, oriundo do benefício fiscal PRODEC (Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) que difere por 48 meses o prazo de pagamento do referido tributo, cujo pagamento iniciou em 10 de abril de 2014. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.129 (R\$ 3.525 em 2020).

(**) O saldo refere-se a ICMS a recolher relativo ao benefício fiscal do Paraná Competitivo que posterga o recolhimento do tributo para 96 meses, cuja postergação iniciou em agosto de 2015. O valor efetivo da dívida em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 161.778 (R\$ 110.950 em 2020).

18 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 10 de setembro de 2021 ocorreu a redução de capital social com prejuízos acumulados, conforme ata assembleia geral aprovada pelo Conselho de Administração, no montante de R\$ 85.443

O capital social é composto por ações nominativas e ordinárias. A quantidade total de ações ordinárias em 31 de dezembro de 2021 é de 31.940.468 e 2020 é de 40.484.828 ações, todas emitidas a valor nominal R\$ 10,00 por ação.

Em 31 de dezembro de 2021 capital social subscrito e integralizado é de R\$ 319.405 e era de R\$ 404.848 em 31 de dezembro de 2020.

O acionista controlador é a Secil Brasil Participações S/A.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nessa rubrica a contrapartida do custo atribuído do ativo imobilizado registrado quando da adoção do CPCs/IFRS. Sua realização se dá na proporção da depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens do ativo imobilizado, que é registrada contra lucros acumulados.

c. Reserva legal

Nos termos do artigo 193 da Lei no 6.404/76 a Companhia deverá constituir reserva legal à razão de 5% do lucro líquido do exercício, após compensações com prejuízos acumulados, e o saldo da reserva não deverá exceder a 20% do capital social.

A Companhia constitui reserva legal em Dezembro/2021, no montante de R\$ 828.

d. Distribuição de dividendos

O Estatuto Social prevê que, do lucro líquido apurado no exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados e constituição de reserva legal, será deliberada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas de 25%. A assembleia poderá deliberar pagamento diferente do mínimo obrigatório. Qualquer valor excedente mínimo obrigatório somente é provisionado quando for aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. A deliberação sobre o a distribuição ocorrerá ao longo do exercício 2022.

e. Lucro (Prejuízo) Líquido por ação

O lucro líquido (prejuízo) básico por ações é calculado mediante divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da sociedade pela quantidade de ações em circulação no final dos exercícios. Não há instrumentos de patrimônio que possam gerar a diluição do lucro (prejuízo) por ação. Portanto, o lucro (prejuízo) por ação básico é igual ao diluído.

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia	16.550	(10.271)
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	<u>37.635</u>	<u>40.484</u>
Lucro (Prejuízo) básico por ações no final do exercício	<u>0,44</u>	<u>(0,25)</u>

19 Receitas de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Receita bruta de vendas	211.360	158.643	737.007	602.635
Venda de cimento	114.759	94.521	625.486	538.322
Revenda de cimento	10.573	8.286	12.465	8.286
Revenda de coque	-	-	13.017	-
Serviços de concretagem	85.724	55.744	85.724	55.744
Outros	304	92	315	283
Impostos incidentes sobre vendas e descontos	<u>(36.833)</u>	<u>(31.545)</u>	<u>(171.172)</u>	<u>(142.274)</u>
Receita operacional líquida	<u>174.527</u>	<u>127.098</u>	<u>565.835</u>	<u>460.361</u>

20 Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Matéria-prima e materiais	(77.992)	(56.780)	(109.404)	(96.742)
Gastos com pessoal	(48.172)	(41.077)	(65.961)	(61.176)
Depreciação, amortização e exaustão	(11.507)	(12.028)	(66.259)	(58.025)
Serviços profissionais de terceiros	(20.539)	(14.907)	(77.013)	(64.692)
Energia elétrica	(6.454)	(5.329)	(35.260)	(29.468)
Combustíveis e lubrificantes	(4.593)	(2.908)	(68.327)	(44.561)
Embalagens e armazenamento	(1.648)	(4.841)	(3.861)	(17.251)
Manutenção	(5.018)	(4.475)	(16.221)	(14.451)
Outras receitas e despesas operacionais	12.445	13.706	(10.032)	(17.818)

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
	<u>(163.478)</u>	<u>(128.639)</u>	<u>(452.338)</u>	<u>(404.184)</u>
	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Custo produtos vendidos	(134.594)	(104.798)	(348.714)	(306.167)
Despesas gerais e administrativas	(11.207)	(8.979)	(25.531)	(22.258)
Despesas comerciais	(16.239)	(14.669)	(74.331)	(73.133)
Perda por redução ao valor recuperável	(1)	(1)		(2)
Outras receitas/despesas, líquidas (a)	(1.437)	(192)	(3.762)	(2.626)
	<u>(163.478)</u>	<u>(128.639)</u>	<u>(452.338)</u>	<u>(404.184)</u>

21 Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Juros sobre empréstimos	(25.345)	(17.195)	(51.272)	(40.267)
Juros pagos a fornecedores	(71)	(134)	(253)	(276)
Marcação a mercado do <i>swap</i> líquida	(6.150)	-	(7.096)	-
Variação cambial líquida	(4.354)	(68.859)	(9.864)	(169.013)
Provisão AVP Prodec	(494)	(836)	(494)	(836)
Outras despesas financeiras	(387)	(385)	(14.743)	(6.291)
Despesas financeiras	<u>(36.801)</u>	<u>(87.409)</u>	<u>(83.722)</u>	<u>(216.683)</u>
Marcação a mercado do <i>swap</i> líquida	-	30.267	-	73.868
Outras receitas financeiras	<u>1.960</u>	<u>36.626</u>	<u>6.423</u>	<u>76.708</u>
Receitas financeiras	<u>1.960</u>	<u>66.893</u>	<u>6.423</u>	<u>150.576</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(34.841)</u>	<u>(20.516)</u>	<u>(77.299)</u>	<u>(66.107)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Ativo				
AVP PRODEC (depreciação)	2.558	2.472	2.558	2.472
Outras diferenças diversas	10.661	10.067	13.498	14.939
Prejuízo fiscal	-	-	127.697	130.322
	<u>13.219</u>	<u>12.539</u>	<u>143.753</u>	<u>147.733</u>
Passivo				
AVP PRODEC (Dívida)	(409)	(340)	(409)	(340)
Custo atribuído	(3.135)	(3.135)	(72.410)	(65.264)
Diferenças temporárias sobre apuração (diferença entre depreciação fiscal e vida útil)	<u>(11.464)</u>	<u>(11.706)</u>	<u>(72.900)</u>	<u>(70.549)</u>
	<u>(15.008)</u>	<u>(15.181)</u>	<u>(145.719)</u>	<u>(136.153)</u>

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(1.789)	(2.642)	(1.966)	11.580

b. Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	15.697	(14.130)	36.198	(9.932)
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social - %	34	34	34	34
Encargo fiscal pela alíquota nominal	5.336	4.804	12.307	3.377
Efeitos fiscais sobre adições e exclusões				
Equivalência patrimonial	13.425	2.695	-	-
Despesas indedutíveis			104	75
Provisões/Variações Cambiais	(17.908)	(3.640)	(29.434)	551
Prejuízo fiscal	-	-	(2.625)	(4.342)
Imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado	853	3.859	(19.648)	(339)
Corrente			(6.101)	
Diferido	853	3.859	(13.547)	(339)

Baseado na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, suportado por estudos técnicos preparados pela administração, foram constituídos créditos tributários diferidos ativos sobre saldos acumulados de prejuízos fiscais na Controlada, bases negativas e diferenças temporárias. Com base na evolução da Controlada a administração iniciou em 2021 a utilização dos créditos diferidos. Na Companhia não houve reconhecimento de impostos diferidos ativos.

23 Transações com partes relacionadas

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

a. Transações

	Controladora	
	2021	2020
Compras de matérias-primas e produtos acabados		
Margem Companhia de Mineração	41.764	41.784
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	858	708
	42.622	42.492

As vendas são realizadas com base na tabela de vendas vigente na data da transação com prazo médio de recebimento de 28 dias. Estas transações são realizadas sob termos e condições negociados entre as partes, o que poderiam ser diferentes se realizados junto a terceiros.

b. Saldos do fim do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020

Ativo				
Cientes				
Margem Companhia de Mineração	-	128	-	-
Outras contas a receber				
Margem Companhia de Mineração	7.021	8.047	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	224	232	1.529	1.425
	<u>7.245</u>	<u>8.407</u>	<u>1.529</u>	<u>1.425</u>
Passivo				
Fornecedores				
Margem Companhia de Mineração	225	171	-	-
Secil - Companhia Geral de Cal e Cimento, S.A.	358	251	57.887	251
Outras contas a pagar				
Margem Companhia de Mineração	588	-		
Mútuos				
Mútuo Secil	-	-	-	-
Mútuo com acionistas Ciminpart (*)	-	154.000	-	154.000
	<u>1.171</u>	<u>154.422</u>	<u>57.887</u>	<u>154.251</u>

(*) A Companhia pactuou mútuo com a acionista Ciminpart Investimentos e Participações, SGPS S.A. com vencimento em 2 anos e taxa média de juros de 10,77% ao ano.

c. Remuneração do pessoal-chave da administração

A Companhia teve custos com remuneração aos administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$ 2.850 na controladora (Em 2020 no montante de R\$ 2.301 na controlada não houve pagamento de honorários).

24 Provisão para contingências

A Companhia e sua controlada são partes envolvidas em processos Cíveis, Trabalhistas e Tributários em andamento, e estão discutindo estas questões na esfera administrativa bem como judicial. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais para fazer frente à parte das obrigações. Para aquelas ações cujas probabilidades de perdas, com base na opinião dos seus advogados, foram consideradas prováveis, a administração reconheceu provisão para contingências conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contingências prováveis				
Cíveis	381	515	12.979	10.185
Trabalhistas	1.302	1.767	2.230	3.005
Tributárias	-	-	331	331
	<u>1.683</u>	<u>2.282</u>	<u>15.540</u>	<u>13.521</u>

A natureza das contingências pode ser sumariada como segue:

- Contingências trabalhistas - estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo relativo a questões de verbas rescisórias, salariais, enquadramentos. O valor do depósito judicial (R\$ 377, saldo em 31 de dezembro de 2021 e R\$377 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a mandado de segurança impetrado pela Controladora questionando o valor da alíquota do Fator Acidentário Previdenciário (FAT). Os depósitos judiciais estão apresentados no balanço na rubrica outros créditos a receber no ativo não circulante.

- Contingências cíveis - as principais ações estão relacionadas a reclamações sobre danos materiais e/ou morais.

Além das causas acima mencionadas, a Companhia também é ré em outras ações cuja probabilidade de perda é considerada como possível, segundo a opinião de nossos assessores jurídicos, as quais totalizam R\$ 302. Nenhuma provisão para perdas destas causas foi reconhecida nessas demonstrações financeiras. Para aquelas ações cujos riscos de perdas foram avaliados como possíveis, a Companhia não constituiu provisão para contingências. A posição das contingências possíveis pode ser assim apresentada:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Contingências possíveis				
Cíveis	48	302	3.356	353
Trabalhistas	1.331	899	7.110	5.297
	<u>1.379</u>	<u>1.201</u>	<u>10.466</u>	<u>5.650</u>

25 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

(i) Controladora

		2021			2021	
	Nota	Valor justo Instrumentos de hedging	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos financeiros						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	25 f(i)	(3.436)	-	-	(3.436)	10.713
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	7	-	929	-	929	354
Aplicações financeiras	7	-	119.696	-	119.696	87.840
Contas a receber de clientes	8	-	10.004	-	6.655	6.655
Outras contas a receber	-	-	998	-	998	1.213
Partes Relacionadas	-	-	7.245	-	7.245	8.407
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	13.314	13.314	12.827
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	491.920	491.920	326.041
Outras contas a pagar	-	-	-	1.984	1.984	914
Partes Relacionadas	-	-	-	1.170	1.170	154.422

(ii) Consolidado

		2021			2020	
	Nota	Valor justo Instrumentos de hedging	Mensurados ao custo amortizado	Outros passivos financeiros	Saldo contábil	Saldo contábil
Ativos financeiros						
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Instrumentos financeiros derivativos	25 f(i)	(5.588)	-	-	(5.588)	21.122
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixa e bancos	7	-	4.597	-	4.597	1.881
Aplicações financeiras	7	-	230.967	-	230.967	159.168

Contas a receber de clientes	8	-	35.070	-	35.070	24.214
Outras contas a receber		-	10.428	-	10.428	2.966
Partes Relacionadas		-	1.529	-	1.529	1.425
Passivos financeiros						
Fornecedores	13	-	-	100.449	100.449	58.170
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	745.578	745.578	670.638
Outras contas a pagar		-	-	11.885	11.885	6.024
Partes Relacionadas		-	-	57.887	57.887	154.251

b. Mensuração do valor justo

(i) Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis

O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a termo cotadas na data do balanço e cálculos de valor presente baseados em curvas de rendimento de investimentos com alta qualidade de crédito nas respectivas moedas contratadas. Os processos de avaliação estão descritos na nota explicativa 5.

c. Gerenciamento de risco financeiro

Fatores de risco financeiro

A Diretoria tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e se reporta regularmente ao Conselho de Administração. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos, para definir limites e controles e para monitorar riscos e aderência aos limites. Essas políticas são revisadas frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia que, através de suas normas e procedimentos de gerenciamento, desenvolve um ambiente de controle disciplinado e construtivo.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Essa nota apresenta informações sobre os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, o gerenciamento de capital e a exposição a cada um dos riscos supramencionados. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras da Companhia.

d. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes e de aplicações financeiras.

(i) Aplicações financeira

A Companhia limita sua exposição a riscos de crédito ao investir apenas em aplicações atualizadas pela taxa CDI. A administração monitora ativamente as classificações de créditos e, uma vez que a Companhia tenha investido apenas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) emitidos por instituições financeiras de primeira linha. Não se espera que nenhuma contraparte falhe em cumprir com suas obrigações.

(ii) Contas a receber de clientes e outros créditos

A Companhia estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos e investimentos. A administração da Companhia gerencia o risco de crédito através de análises da razoabilidade dos limites de créditos atribuídos aos seus clientes, o que leva em conta a análise da situação econômico e financeira dos mesmos e o histórico de inadimplência.

e. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades de cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros, os quais são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre possua liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais ou em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos, sem causar perdas inaceitáveis ou riscos de prejuízo à reputação da Companhia.

A administração da Companhia gerencia o risco de liquidez através de monitoramento do fluxo de caixa das atividades operacionais, de investimentos e de financiamento, buscando quando necessário, alternativas para obtenção de recursos financeiros junto aos acionistas ou através de recursos de terceiros. A fim de equacionar a situação de capital circulante líquido negativo, a administração vem negociando o alongamento do perfil da dívida junto a instituições financeiras.

A seguir, estão as exposições contratuais de passivos financeiros incluindo pagamentos de juros estimados.

	Controladora			
	<i>Até um ano</i>	<i>Entre um e dois anos</i>	<i>Entre dois e cinco anos</i>	<i>Total</i>
<i>Em 31 de dezembro de 2021</i>				
<i>Fornecedores</i>	13.314	-	-	13.314
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	303.392	188.528	-	491.920
<i>Empréstimo partes relacionadas</i>	-	-	-	-
<i>Outras contas a pagar</i>	1.984	-	-	1.984
<i>Em 31 de dezembro de 2020</i>				
<i>Fornecedores</i>	12.827	-	-	12.827
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	142.041	127.361	56.639	326.041
<i>Empréstimo partes relacionadas</i>	-	154.000	-	154.000
<i>Outras contas a pagar</i>	914	-	-	914
	<u>148.270</u>	<u>234.836</u>	<u>16.571</u>	<u>399.677</u>
	Consolidado			
	<i>Até um ano</i>	<i>Entre um e dois anos</i>	<i>Entre dois e cinco anos</i>	<i>Total</i>
<i>Em 31 de dezembro de 2021</i>				
<i>Fornecedores</i>	100.449	-	-	100.449
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	428.441	244.671	72.466	745.578
<i>Empréstimos partes relacionadas</i>	-	-	-	-
<i>Outras contas a pagar</i>	11.885	-	-	11.885
<i>Em 31 de dezembro de 2020</i>				
<i>Fornecedores</i>	58.170	-	-	58.170
<i>Empréstimos e financiamentos</i>	339.588	158.457	172.593	670.638
<i>Empréstimos partes relacionadas</i>	-	154.000	-	154.000
<i>Outras contas a pagar</i>	6.024	-	-	6.024
	<u>403.782</u>	<u>312.457</u>	<u>172.593</u>	<u>888.832</u>

f. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, influenciem nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é acompanhar e controlar as exposições desses riscos, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

(i) Risco cambial

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras de produtos para revendas denominados em uma moeda diferente das respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia, em sua grande maioria o real (R\$), mas também em dólares americanos (USD) e euros (EUR).

Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia atua para que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável de acordo com as políticas e limites definidos pela administração.

Em 2021 a Companhia contratou quatro Empréstimos Externos sob a Lei no 4.131 com bancos estrangeiros, com principal de EUR 7.500, EUR 10.000, e US\$ 7000 e US\$ 18.000. A sua Controlada contratou dois Empréstimos Externos sob a Lei no 4.131 com um banco estrangeiro com principal de US\$ 16.000 e US\$ 7.000.

Neste mesmo período a Companhia liquidou um Empréstimo Externo no montante de EUR 10.000. A sua Controlada liquidou dois Empréstimos Externos no montante de US\$ 16.000 e US\$ 7.000.

No mesmo ato, e em conformidade com essa Lei e obrigações do Banco Central do Brasil, que determina que os financiamentos sejam coberto via instrumento de hedge perfeito, esses financiamentos foram integralmente cobertos via swap cambial e de taxa de juro do dólar (Libor) / euro (Euribor).

No final de cada mês, a Companhia e a sua Controlada atualizam o valor dos empréstimos de USD/EUR para BRL em função da taxa da marcação a mercado deste swap, registrando o seu valor justo (i) quando positivo, no ativo na rubrica "Instrumentos financeiros derivativos ativos" (ii) quando negativo, no passivo, na rubrica "Instrumentos financeiros passivos".

A Companhia possui Swap de taxa de juros para a proteção dos seus empréstimos no montante de R\$ 3.436 (valor líquido) no qual reduz o montante efetivo a pagar da dívida. A sua Controlada também possui Swap de taxa de juros para proteção para a proteção cambial dos seus financiamentos no montante de R\$ 6.468 classificado no passivo circulante e R\$880, na ponta ativa, para proteção de fornecedores em moeda estrangeira.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e sua controlada estão expostas à taxas de juros variáveis. A Administração monitora periodicamente o desempenho das taxas de juros a fim de tomar decisões visando proteger o seu fluxo de caixa. A Companhia não realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando proteger-se contra oscilações nas taxas de juros.

Na data das demonstrações financeiras consolidadas, o perfil dos instrumentos financeiros da Companhia, remunerados por juros com taxas variáveis, era composto por:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Valor contábil				
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (CDB)	119.696	87.840	230.967	159.168
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos (CDI)	491.836	256.287	608.602	346.506
Empréstimos e financiamentos (TJLP)	84	198	136.976	209.774
	<u>372.224</u>	<u>344.355</u>	<u>514.611</u>	<u>715.448</u>

As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários possuem liquidez atrelados à variação de 50% a 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI).

g. Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para assegurar a confiança do acionista, credor e mercado e garantir a continuidade do desenvolvimento futuro do negócio. Adota-se como prática, uma posição de capital equilibrada e segura, mantendo níveis de empréstimos necessários com posições de aplicação que combinem retorno satisfatório e baixo risco. A administração monitora a gestão de capital através de análises de índices de alavancagem financeira, e quando necessário, realiza negociações com instituições financeiras para promover o alongamento do perfil da dívida e junto aos acionistas para obter incrementos de capital social.

	Controladora	
	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 15)	486.215	325.348
Total dos arrendamentos mercantis (Nota 16)	2.091	2.431
Total instrumentos derivativos (Nota 25)	3.436	(10.713)
Menos caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(120.625)</u>	<u>(88.194)</u>
Dívida líquida	<u>371.117</u>	<u>228.872</u>
Total do patrimônio líquido	<u>449.413</u>	<u>432.862</u>
Total do capital	<u>820.530</u>	<u>661.734</u>
Índice de alavancagem financeira - %	45	34
	Consolidado	
	2021	2020
Total dos empréstimos (Nota 15)	736.921	669.387

Total dos arrendamentos mercantis (Nota 16)	6.307	6.181
Total instrumentos derivativos (Nota 25)	6.468	(21.122)
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	<u>(235.564)</u>	<u>(161.049)</u>
Dívida líquida	<u>514.132</u>	<u>493.397</u>
Total do patrimônio líquido	<u>449.413</u>	<u>432.862</u>
Total do capital	<u>963.545</u>	<u>926.259</u>
Índice de alavancagem financeira - %	53	53

(i) Análise de sensibilidade

Decorre da possibilidade da companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de hedge para travar o custo financeiro das operações.

As variações das taxas de juros da economia afetam tanto os ativos quanto os passivos financeiros da companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade do endividamento em moeda nacional da companhia, atreladas ao CDI. A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da companhia foi demonstrada em dois cenários além do provável.

Apresentamos um cenário com taxas nominais verificadas em 31 de dezembro de 2021 (saldo contábil tendo por base o CDI de 4,42% acumulado doze meses) e ainda mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) dos indexadores.

Análise de sensibilidade de taxa de juros

A seguir, demonstramos os efeitos no resultado em função das apreciações em 31 de dezembro de 2021:

Controladora				
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	491.836	(5.434)	(10.869)
Instituições financeiras e modalidades	Risco (taxa)	Saldo contábil	Cenário I 25%	Cenário II 50%
Financiamentos e empréstimos	Alta do CDI	608.602	(26.900)	(53.800)

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia está exposto principalmente à variação cambial do dólar norte-americano.

A tabela a seguir detalha a sensibilidade da companhia ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essa moeda estrangeira. 10% é a taxa de sensibilidade utilizada para apresentar internamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chave da Administração e corresponde à avaliação da Administração das possíveis mudanças nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir, representam um aumento ou uma diminuição no resultado e no patrimônio líquido quando houver uma valorização ou desvalorização de 10% do real em relação à moeda em questão.

Controladora				
2021		2020		
Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	
Resultado	12.641	5.031	14.352	4.131
Consolidado				

	2021		2020	
	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano
Resultado	12.641	13.959	14.352	14.985

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente a essas operações, uma vez que a exposição no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

26 Cobertura de seguros

As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante Contratado
Edificações	Incêndio/raio/explosão/ danos elétricos/vendaval/fumaça/ desmoronamento	4.043
Equipamentos de transporte e veículos pequeno porte	Incêndio/roubo/colisões	269
		<u>4.312</u>